

ENTRE LUTAS INTERNAS E COLETIVAS: A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS NO ENFRENTAMENTO ÀS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS

BETWEEN INTERNAL AND COLLECTIVE STRUGGLES: THE SELF-ORGANIZATION OF RURAL, FOREST, AND RIVERINE WOMEN IN CONFRONTING MULTIPLE FORMS OF VIOLENCE

Luciane Stochero¹

Michelle de Garcia Bernardino²

Liana Wernersbach Pinto³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os relatos de lideranças de movimentos feministas e mistos sobre o coletivo e a auto-organização das mulheres do campo, da floresta e das águas no enfrentamento das violências e lutas por seu espaço político. A análise temática revelou dois temas: “lutas internas: quando o movimento misto promove desigualdades e violência”, sobre as violências sofridas pelas mulheres em movimentos mistos e a dominação patriarcal de espaços de liderança; e “lutas coletivas das mulheres: quando os movimentos feministas promovem alternativas”, sobre estratégias dos movimentos feministas para fortalecer as mulheres por meio dos coletivos e da auto-organização.

Palavras-chave: Violência Contra as Mulheres; Mulheres Rurais; Movimentos Feministas; Enfrentamento da Violência; Ruralidade.

Abstract: This article aims to analyze the accounts of leaders from feminist and mixed movements regarding the collective organization and self-organization of rural, forest, and riverine women in confronting violence and in their struggles for political space. The thematic analysis revealed two main themes: “internal struggles: when mixed movements promote inequalities and violence”, which addresses the violence experienced by women in mixed movements and the patriarchal domination of leadership positions, and “collective struggles of women: when feminist movements promote alternatives”, which discusses the strategies developed by feminist movements to stren

Keywords: Violence Against Women; Rural Women; Feminist Movements; Confronting Violence; Rurality.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Saúde Pública – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; Pós-doutoranda - Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas, Fundação Oswaldo Cruz; E-mail: luciane.stochero@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0432-2739>.

2 Doutora em Psicologia - Pontificia Universidad Católica de Chile; Assistente de pesquisa - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; E-mail: michelle.bernardino@gmail.com; ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6494-755X>.

3 Doutora em Engenharia Biomédica - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pesquisadora titular - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; E-mail: lianawep@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1928-9265>.

Introdução

As mulheres do campo, da floresta e das águas, inseridas em distintos contextos rurais, têm suas vidas profundamente marcadas pelos territórios que habitam. As do campo estão ligadas à terra, seja na agricultura familiar, orgânica ou convencional, como camponesas, assentadas, acampadas ou trabalhadoras rurais. As da floresta integram comunidades tradicionais, como ribeirinhas e quilombolas, vivendo em áreas extrativistas ou impactadas por barragens. Já as das águas estão vinculadas à pesca artesanal, à preservação de ecossistemas aquáticos e à reprodução do modo de vida das comunidades pesqueiras (Brasil, 2015).

Em contraste com toda essa riqueza do “mundo rural”, das especificidades de vida e trabalho das mulheres do campo, da floresta e das águas, que carregam um potencial econômico, social, cultural e patrimonial (Wanderley, 2009), observa-se um cenário de profundas contradições. Essas mulheres enfrentam, historicamente, múltiplas formas de desigualdade, estruturadas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo, que incidem tanto sobre suas condições de vida, quanto sobre sua inserção política. Além da sobrecarga do trabalho reprodutivo e de cuidado, essas mulheres vivenciam diferentes formas de violência, muitas vezes invisibilizadas ou naturalizadas, que limitam seu acesso a direitos, a reconhecimento social e à participação em espaços de decisão (Moreira; Theodoro, 2023; Táboas, 2021; Teixeira, 2023)

Apesar das desigualdades e violências vividas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, há um cenário marcado também por lutas e mobilizações sociais. Especialmente a partir da década de 1950, os camponeses passaram a se organizar em Ligas Camponesas e a denunciar as violências vivenciadas pelos trabalhadores rurais, impulsionando o debate sobre a propriedade da terra e a necessidade de uma reforma agrária. Outros movimentos, de caráter misto - participação masculina e feminina - foram se constituindo, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra, em 1960, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), em 1963. Após anos de conjuntura política fechada, em virtude do golpe militar de 1964, iniciam-se o contexto de redemocratização e o fortalecimento das mobilizações populares em contraponto ao enfraquecimento do governo militar (Teixeira, 2023).

Nos anos 1980, no contexto da reabertura democrática, constituíram-se movimentos autônomos de mulheres rurais, bem como comissões e organizações internas aos movimentos mistos. Esse processo ganhou força à medida que as mulheres não se reconheciam plenamente nesses espaços e tampouco encontravam abertura para suas demandas (Calaça; Conte;

Cinelli, 2018). Essa década consolidou-se como um marco de maior participação das mulheres rurais em políticas públicas e em movimentos organizados em diversos estados. Entre as lutas das mulheres em movimentos feministas autônomos e comissões nos movimentos mistos, estavam a “adoção de um plano de lutas para a garantia de direitos (terra, igualdade salarial, aposentadoria, salário-maternidade, creches, saúde e educação) e o enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação, inclusive aquelas praticadas no interior do movimento sindical” (Moreira; Theodoro, 2023, p. 8). Em 2000, nesse contexto da ampliação da organização coletiva das mulheres rurais, foi criada, pela Contag, a Marcha das Margaridas, como ação das trabalhadoras rurais na campanha da Marcha Mundial das Mulheres. A Marcha homenageia Margarida Alves, líder sindical paraibana assassinada em razão de sua atuação na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, e articula movimentos sociais, feministas e organizações parceiras nacionais e internacionais, constituindo-se como a maior mobilização de mulheres da América Latina (Moreira; Theodoro, 2023; Sobreira; Aras, 2021).

Assim, os movimentos feministas e os coletivos de mulheres nas organizações mistas se unem nas lutas e reivindicações pelos direitos das mulheres do campo, da floresta e das águas. Conforme Teixeira, as mulheres rurais não se limitam a tratar de “questões pontuais”, mas de um “projeto ousado” de mudança da sociedade. Para o autor, trata-se de três objetivos centrais: “1) mudanças societais que estabeleçam relações igualitárias entre homens e mulheres; 2) democracia interna no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) por meio da igualdade de condições entre homens e mulheres nos espaços políticos sindicais; 3) políticas públicas e direitos que beneficiem as mulheres, principalmente as mulheres do campo, das águas e da floresta” (Teixeira, 2023, p. 350).

Apesar de todos os avanços, as mulheres do campo, da floresta e das águas ainda enfrentam múltiplas formas de violência, inclusive no interior dos próprios movimentos mistos. Para essas mulheres, a violência não provém apenas dos sistemas opressores dos quais buscam libertar-se, mas também daqueles que deveriam estar ao seu lado na luta. Elas são submetidas a diferentes formas de violência por homens que ocupam posições de liderança nas organizações, por seus parceiros e por membros de suas próprias comunidades. Nessa direção, o presente artigo tem o objetivo de analisar os relatos de lideranças de movimentos feministas e mistos sobre o coletivo e a auto-organização das mulheres do campo, da floresta e das águas no enfrentamento das violências e lutas por seu espaço político.

1 Método

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das percepções, das opiniões, dentre outros aspectos, os quais são produtos das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam (Minayo, 2014).

A pesquisa contou com entrevistas em profundidade, realizadas com mulheres líderes de movimentos que atuam junto às mulheres do campo, da floresta e das águas. Participaram representantes da Confederação Nacional dos(as) Trabalhadores(as) na Agricultura (CONTAG); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR); Centro Feminista 8 de Março – Rio Grande do Norte (CF8). Esses movimentos estão ligados à Marcha das Margaridas e, além disso, possibilitam a percepção de diferentes perspectivas regionais e nacionais.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, com questões relativas à trajetória no movimento ou organização que lideraram; ao conhecimento sobre situações de violências vividas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas; posicionamento, estratégias e ações de seus movimentos frente à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2024 e março de 2025, de forma on-line, gravadas e posteriormente transcritas em sua integralidade. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Adotou-se a análise temática de Braun e Clarke (2006), combinando codificação indutiva, orientada pelos dados, e codificação dedutiva, guiada por referenciais teóricos. As informações obtidas nas entrevistas foram inicialmente organizadas em códigos descritivos, os quais permitiram a identificação de unidades de sentido. Os códigos foram organizados em subtemas que apresentaram significados comuns e, posteriormente, agrupados em dois temas principais, os quais representam interpretações abrangentes dos dados analisados.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, em 17 de agosto de 2023, sob o Parecer n.º 6.247.004.

Com o intuito de assegurar a confidencialidade das participantes, os nomes das entrevistadas foram substituídos pelo código “Aflor”, seguido

de números (1AFlor, 2AFlor...). AFlor foi inspirado em Antônia Maria da Conceição, conhecida como dona Antônia Flor, mulher piauiense que lutou até o fim dos seus dias pelo direito de viver e trabalhar na terra. Em virtude de sua liderança e resistência, no dia 1º de dezembro de 1984, Antônia Flor foi morta a tiros por pistoleiros. Os mandantes do crime não foram punidos, mas as famílias nunca foram desapropriadas.

2 Resultados

As entrevistadas tinham entre 37 e 66 anos de idade, com diferentes autodeclarações raciais (parda, branca e preta), entre 10 e 35 anos de experiência profissional e de atuação em movimentos feministas e uma em movimento misto. Todas atuavam em trabalhos com mulheres do campo, da floresta e das águas. Os movimentos CONTAG, MMM, ANA, SOF e MMC possuem abrangência estadual e nacional, enquanto o MMTR e o CF8 apresentam abrangência regional e estadual (Quadro 1).

Quadro 1: Caracterização das mulheres lideranças de movimentos

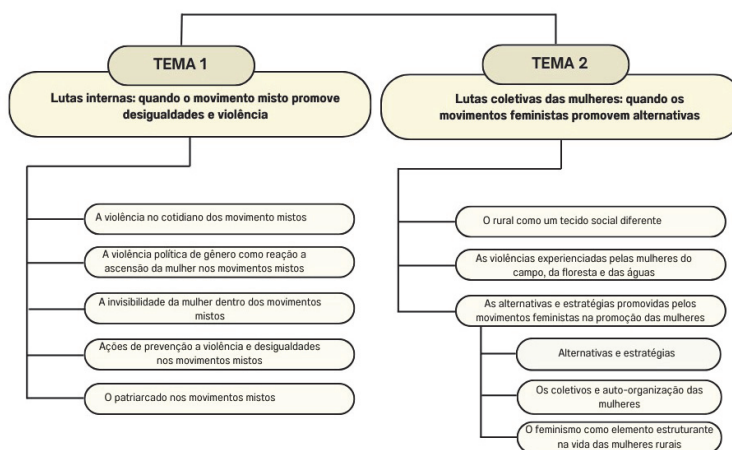
Identificação	Características
AFlor1	Autodeclarou-se parda, 37 anos de idade, 10 anos de experiência em trabalhos de assessoria, educação, extensão rural, agroecologia. Na época da entrevista estava ligada a CONTAG.
AFlor2	Autodeclarou-se parda, 43 anos de idade, 23 anos de experiência de trabalho e atuação como militante da MMM e do coletivo de articulação política ANA.
AFlor3	Autodeclarou-se branca, 50 anos de idade, mais de 35 de experiência de trabalho e atuação como militante da MMM, da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), do coletivo da Marcha das Margaridas, entre outros conselhos e fóruns.
AFlor4	Autodeclarou-se, 66 anos de idade, agricultora camponesa, 15 anos na coordenação estadual e integrante da direção nacional do MMC.
AFlor5	Autodeclarou-se preta, 58 anos de idade, agricultora assentada, 17 anos de coordenação estadual do MMTR.
AFlor6	Autodeclarou-se parda, 51 anos de idade, mais de 20 anos de participação no CF8, militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O roteiro foi inicialmente elaborado para compreender como mulheres lideranças de movimentos vinculados ao território percebiam e enfrentavam as violências contra as mulheres do campo, da floresta e das águas, em especial aquelas provenientes de parceiros íntimos. Contudo, emergiram também

relatos de violências praticadas por colegas no interior das organizações mistas. O Tema 1, “*Lutas internas: quando o movimento misto promove desigualdades e violência*”, aborda as violências vivenciadas pelas mulheres no interior dos movimentos mistos dos quais fazem parte. Destaca-se que pautas relacionadas às questões feministas e às violências contra as mulheres ainda sofrem apagamentos, evidenciando como forças patriarcais buscam manter a dominação, recorrendo à violência para controlar espaços de liderança e visibilidade, rechaçando, assim, a participação feminina. O Tema 2, “*Lutas coletivas das mulheres: quando os movimentos feministas promovem alternativas*”, trata das estratégias e alternativas construídas pelos movimentos feministas para fortalecer as mulheres do campo, da floresta e das águas por meio dos coletivos e da auto-organização. Tais iniciativas promovem autonomia, novas perspectivas de vida e maior liberdade. A seguir, são apresentados os achados da pesquisa, organizados em dois temas principais. A Figura 1 apresenta a organização dos dois temas identificados. O primeiro reúne cinco subtemas sobre as violências relacionadas aos movimentos mistos, e o segundo é composto por três subtemas, sendo que o terceiro se desdobra em três subseções.

Figura 1: Mapa temático com os temas e subtemas das análises



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

3 Tema 1: Lutas internas: quando o movimento misto promove desigualdades e violência

A violência no cotidiano dos movimentos mistos

Diante da pergunta disparadora sobre a sua trajetória no movimento sindical, AFlor1 imediatamente a relaciona com a violência no movimento misto. Indica dez anos de experiência como assessora, porém comenta que saiu da organização, porque uma mulher, dentro do sindicato, “aguenta coisas demais”. O movimento misto, segundo as entrevistas, por mais que lute bravamente pelos direitos do(as) trabalhadores(as) rurais, ainda tem uma importante lacuna nas questões de gênero, como na presença mulheres em cargos de lideranças e no desenvolvimento de pautas acerca da violência contra as mulheres. A entrevistada ainda relata que observou muita violência por parte do próprio sindicato, especialmente na forma de resistência às reuniões de mulheres. Por exemplo, em determinada reunião de articulação da Marcha das Margaridas, o presidente de um sindicato local teria proibido sua esposa de participar “porque ia encher a cabeça dela de abobrinha” (AFlor1). Os homens do sindicato “não deixavam” que as mulheres desenvolvessem atividades relacionadas à saúde da mulher, à segurança, à agroecologia e à produção e, quando havia atividades, eles atrapalhavam as reuniões fazendo perguntas desnecessárias e intervenções de cunho político de vertente “bolsonarista”.

A violência política de gênero como reação à ascensão da mulher nos movimentos mistos

As mulheres ainda precisam lutar para assumir posições de liderança dentro dos movimentos mistos, pois, além da violência, recebem poucos incentivos para se dedicar a esse trabalho. Quando há auxílio financeiro disponível para cargos ou atividades, os homens têm prioridade, deixando as mulheres na condição de “voluntárias”: “por exemplo, os homens têm salário, bonificação, vamos dizer assim, dentro da federação, as mulheres não. Sindicato, mesma coisa” (AFlor1). Além disso, quando as mulheres começam a alcançar posições de liderança, elas sofrem assédio ou calúnias por parte dos homens que as acusam de estar com amantes para desacreditar a mulher: “fizeram um inferno na vida dessa menina. Jovem, mulher, mãe de duas filhas e falaram tudo de pior para tentar banir ela do movimento, porque ela estava crescendo de tal forma que ela estava sendo conhecida” (AFlor1). Outra liderança reforça: “essa violência política ela aparece bastante também

no meio rural. Não é uma coisa tranquila e não é uma violência só de fora para dentro. É dentro também dos sindicatos. Mulher que começa a crescer, a despontar como liderança. Então, logo começa a ser assediada, começa a ser ameaçada.” (AFlor3).

Outro exemplo é de AFlor4 que, em meio a discussões políticas de incentivo à agricultura, teve o trabalho dos quintais produtivos diminuído e descredibilizado pelo fato de ter sido organizado por mulheres: “estávamos em uma reunião, o [nome ocultado] do MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores] e outros do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra], falaram o seguinte para nós que isso [quintais produtivos] era ‘coisinha de mulher’. (...) Todas as mulheres produzem nos seus quintais, mas essas mulheres não são reconhecidas. Trabalhar nos quintais produtivos é uma forma de documentar essas mulheres para que elas entreguem para merenda escolar, que elas façam financiamento. A fala foi essa, é coisinha de mulher. Nós temos que lutar pela reforma agrária, terra, não sei o que, pela semente, mas é dentro do quintal que sai a semente.”

A invisibilidade da mulher dentro dos movimentos mistos

Há uma invisibilização das mulheres dentro do movimento misto. Uma das entrevistadas relata que, ao ligar para o sindicato para pedir referências de mulheres para palestras, diziam “não ter mulheres” para indicar: “aí você vai pegar a folha do sindicato e vai ver 60% dos filiados associados são mulheres. Mais de 50% que pagam em dia são mulheres. O presidente do sindicato fala que não tem mulher. Você vai nas reuniões, a maioria dos participantes são mulheres. Vocês estão conseguindo entender como tem um processo de invisibilidade da mulher?” (AFlor1). Há um apagamento histórico das mulheres na participação sindical: “quando a gente inicia o debate da importância das mulheres se associarem (...) primeiro que elas não podiam se associar, só se elas fossem titular do lote [de terra]. E se elas fossem titular, elas eram muito rechaçadas nas reuniões. Então, mesmo ela sendo titular, a opinião dela não valia muito nas reuniões de associação. Inclusive, as pessoas olhavam para ela, e consideravam assim, ‘você não entende disso aqui, você não entende disso aqui, e desconsideravam’. Você imagine o que é uma reunião em que tem 50 homens e uma ou duas mulheres, não é fácil. Então, acho que esse é um dos espaços que as mulheres enfrentavam a opressão” (AFlor6)

Ações de prevenção da violência e das desigualdades nos movimentos mistos

Se as mulheres são invisibilizadas dentro dos movimentos mistos, a pauta do enfrentamento da violência e das desigualdades tende a seguir o mesmo rumo. As ações de prevenção implementadas pelos movimentos mistos no enfrentamento da desigualdade de gênero aparecem como sendo pró-forma, apenas para cumprir normas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) implementou um sistema de cotas que facilitou a entrada de mulheres em posições de liderança: “você sofria um processo de violência muito maior para você não ascender a esse espaço. Com as cotas, era obrigatório ter mulher ali, e elas podiam levar essa pauta [de violência]” (AFlor3). No entanto, este espaço pode operar também como frente de fachada, bastando a “pregação de cartazes na parede” (AFlor1) e o posicionamento de mulheres em posições de interesse dos homens. Segundo AFlor1, para cumprir as normas da CUT, as mulheres são colocadas em posições de secretaria, por “sua letra bonita”, ou no cargo de vice; porém, continuam sem exercer efetivamente a responsabilidade de liderança. Chega a haver casos em que a mulher é colocada como presidente apenas como “figura representativa”, pois, no sindicato, não pode haver mais de dois mandatos seguidos; assim, ela assina os documentos, mas o homem continua no comando. Ainda assim, segundo AFlor3, são as mulheres que sustentam o sindicato, embora não recebam o reconhecimento dos homens nem das próprias mulheres.

O patriarcado nos movimentos mistos

O movimento misto mostra-se como um lugar hostil e violento “não é porque é um sindicato, não é porque é um partido de esquerda que o patriarcado não está instalado nesses espaços” (AFlor3). Ainda, “é uma série de concepções do patriarcado que se expressam nas diferentes formas de violência. É uma questão estrutural, então por isso não dá para pensar na violência de forma pontual” (AFlor2). A violência é um meio de manter a mulher dentro do sistema opressor. Uma das entrevistadas relata ameaças que algumas mulheres sofrem por parte de seus parceiros ao quererem participar dos eventos e atividades: “então, esse tipo de ameaça [de morte] para as que participam muito, às vezes tem de ameaçar para ela não participar, porque a mulher começa a ficar muito sabida” (AFlor3). A auto-organização das mulheres aparece como uma necessidade e uma alternativa frente à demanda de subordinação da mulher nesses espaços.

4 Tema 2: lutas coletivas das mulheres: quando os movimentos feministas promovem alternativas

O rural como um tecido social diferente

A vida das mulheres do campo, da floresta e das águas é marcada por problemas singulares de seu território. AFlor3 reforça que o acesso a equipamentos do Estado e à polícia é escasso, sendo o meio rural um lugar “aonde a lei não chega. Onde nada chega” (AFlor3). Como diz AFlor2 “está bom, a Lei [Lei Maria da Penha] é bonita, mas como é que faz com que ela chegue de fato à vida das mulheres no campo?” (AFlor2), mostrando a dificuldade da entrada do Estado nesse território e frisando a importância da auto-organização como estratégia de sobrevivência. AFlor5 reforça: “porque no rural, eles [os mecanismos de enfrentamento da violência] são muito mais desafiadores. Em 2008, a gente realizou uma audiência pública em cada estado [do Nordeste], sobre o direito à comunicação. Principalmente ligada a essa questão da violência, porque o principal mecanismo da denúncia era o disque 180, e nas comunidades rurais não tinha telefone. Então, sempre foi pensado a partir dos usuários do enfrentamento, a partir também do urbano.”

Configurações próprias dessas comunidades, como a proximidade e a camaradagem entre os membros também são fatores que dificultam a denúncia e o enfrentamento “é diferente, que eu posso morar em um apartamento aqui 20 anos e nunca conhecer minha vizinha da frente, no campo você mora 3, 4, 5 quilômetros e você conhece muito bem a sua vizinha, o seu vizinho” (AFlor3). Essa mesma distância que cria um senso de coesão social também as impede de serem escutadas em casos de agressão e as isola ao pedir ajuda e acessar serviços. Esses fatores revelam um “tecido social diferente”, formado pelas condições materiais locais e que requer abordagens de enfrentamento da violência adequadas às suas particularidades.

As violências experienciadas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas

As formas de violência vivenciadas por essas mulheres são várias. Elas experienciam agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais, consideradas as mais recorrentes entre os tipos de violência. Porém, para além dessas formas, as entrevistadas relatam outros tipos específicos ao seu contexto, como a falta de água no semiárido “é uma necessidade básica, não há vida, não há produção, não há saúde sem água” (AFlor2), falta de direito à terra, sobrecarga do trabalho produtivo com o reprodutivo e agressão à forma de subsistência da mulher: “a mulher que está fazendo a coisa,

principalmente essas que já estão mais organizadas, que estão querendo fazer quintal agroecológico, fazendo essas coisas da plantação sem veneno, os caras vão lá e jogam veneno nas plantas delas, essa coisa de rasgar documento, de quebrar as coisas das mulheres” (AFlor3).

Essas mulheres vivem sob forte influência do parceiro, que, quando não nega diretamente seu acesso à organização de mulheres, precisam ser convencidos a “deixá-las” participar. Por exemplo, diante da ida à Marcha das Margaridas em Brasília, alguns as abandonam à “própria sorte”, deixando-as sem dinheiro para comer durante a viagem ou para comprar passagem: “ah, você vai na Marcha das Margaridas? Pode ir. Se vira” (AFlor1). Nesse contexto, a organização das mulheres realiza um trabalho de arrecadação de fundos para financiar a ida das mulheres a eventos como a Marcha das Margaridas, por meio da venda de camisetas e rifas. Outra entrevistada complementa: “nós temos vários relatos de mulheres que participaram de uma atividade e o marido ficar dizendo, ‘quando você voltar, você não entra mais em casa’ Então, muitas mulheres, elas vão, elas conseguem transpor essa barreira, mas elas passam a atividade todinha pensando se quando elas chegarem em casa, elas vão entrar, de fato. Se elas vão conseguir enfrentar isso” (AFlor6). Para AFlor4, “várias de nós do movimento, várias, várias, nós que somos da coordenação, que estamos de frente, várias de nós sofrem violência. Acontece que nós ainda temos essa coragem, eu estou indo. E agora [mais autônoma e fortalecida, estabeleceu uma nova relação com o parceiro], eu vou para tudo quanto é lado.”

Haveria também uma resistência da comunidade em remover o homem agressor, incentivando a saída da mulher, por temer deixar um lote improdutivo: “se a gente tirar o companheiro, ele vai... depois sua terra pode ficar improdutivo, seria melhor se você [esposa] saísse” (AFlor3). Além disso, em um território com disputa por terra, seria de interesse de grupos opositores prender esse homem denunciado por violência doméstica “como é que você lida com a questão da violência, principalmente o povo indígena, que frequentemente tem um conflito de terra? Então, você denuncia o cara, obviamente, que rapidamente aquele homem vai preso, eles têm interesse em prender, porque tem uma situação de conflito de terra e tudo mais” (AFlor3). Aqui, a denúncia de violência feita pela mulher é transformada em uma “arma” no conflito pela terra, não por ter como foco a proteção da própria mulher, mas sim os interesses capitalistas de usurpação das terras indígenas. De maneira complementar, AFlor4 fala sobre como as violências contra as mulheres são abafadas quando ocorrem dentro dos assentamentos, com a intenção de não “manchar a reputação” do movimento: “muita violência em assentamento. Aqui mesmo teve um caso agora, tem uma menina nossa, que

é do MMC, o cara mordeu o dedo dela de tal modo que amputou o dedo. E ficou abafado, porque o movimento_x [movimento com nome preservado] deixou abafado para não... e várias violências dentro dos assentamentos, não sai para fora, para não manchar a organização, a reputação da organização.” (AFlor4). Para a entrevistada: “por que eles não pegaram esse cara e falaram assim, ‘nós somos do movimento_x. Ele era uma liderança, mas dentro do movimento_x a gente não aceita isso’. Não seria muito melhor? Olha a visibilidade que ia dar para o movimento por não ter encoberto uma coisa dessa?”. AFlor4 questiona o tipo de posicionamento ancorado num modelo patriarcal que prefere “abafar” os casos de violência para não descredibilizar o movimento, que já tem histórico de perseguição política. Porém, as mulheres pagam um “alto preço”, sendo silenciadas em suas dores.

As alternativas e estratégias promovidas pelos movimentos feministas na promoção das mulheres

Alternativas e estratégias

De acordo com todas as entrevistadas, a melhor solução está no coletivo e na auto-organização das mulheres. A lei, segundo AFlor3, não substitui a importância da solidariedade “Pode ser linda. Pode ser maravilhosa. Mas ela [lei] nunca vai estar exatamente ali no lugar que você necessita e ter pessoas perto de você ali que te protege. Que está de olho. É muito importante criar essa rede de solidariedade.” (AFlor3). Pelo contexto geográfico rural, ter uma delegacia próxima de onde moram as mulheres é algo difícil; assim, outros equipamentos já existentes podem contribuir no enfrentamento da violência: “são outros equipamentos que podem trabalhar com a questão da violência” (AFlor3), como escolas, assistência social, sindicato e saúde. Para essa entrevistada, os equipamentos existentes precisam ser fortalecidos, contar com formação continuada e “precisa ser uma porta de entrada que trabalhe a questão da violência desde uma perspectiva feminista” (AFlor3) para não reproduzirem outras violências e opressões quando as mulheres chegam ou não percebem o real problema. Um exemplo ocorre quando as mulheres chegam ao sistema de saúde: “então, acessam o serviço de saúde, às vezes um agente de saúde. A saúde precisa ter essa preocupação. A mulher chegou lá dez vezes com o mesmo problema ginecológico. Opa, está acontecendo alguma coisa” (AFlor3). É preciso ter um olhar e um cuidado que vão além do biomédico.

AFlor1, mais vinculada aos movimentos sindicais mistos, ressalta que o movimento misto perdeu contato com as bases, sobretudo na região Sudeste,

onde surgiram os primeiros sindicatos do país. Eles se transformaram em um órgão “defasado em relação à questão popular”, com muitos casos de corrupção que perpetuam certos grupos no poder e que não se conectam com os problemas específicos das mulheres, predominando o machismo. Para AFlor1, as bases são essenciais para articular as trabalhadoras e para saber o que está acontecendo: “é dentro dessas idas na comunidade que a gente descobre as coisas. Descobre casos de violência, casos de estupro, casos de incesto”. AFlor3 comenta a importância de criar espaços coletivos de cuidado: “então, a gente discutia muito da importância delas irem construindo estratégias a partir da realidade delas. Quais são os espaços coletivos que existem de vocês e quais espaços vocês podem construir para, por exemplo, denunciar uma violência e pensar coisas a partir dessa realidade ou como prevenir?” (AFlor3).

○ coletivo de mulheres aparece como espaço de escuta, acolhimento e transmissão de experiências, fazendo com que as mulheres ouçam histórias semelhantes e ressignifiquem aquilo que lhes parece único e se entendam como parte de um coletivo “porque uma das estratégias que a gente identificou é que, como o tema é muito difícil de lidar individualmente, a gente entendeu que ter espaços específicos das mulheres, espaços de auto-organização das mulheres, onde elas fossem construir uma confiança entre elas e onde só existissem mulheres, era um espaço onde elas aos poucos fossem se soltando e se sentindo à vontade para relatar situações vividas por elas e a partir disso entenderem que elas não estavam sós” (AFlor2). A partir da própria experiência do encontro com o movimento e a transformação de sua vida, AFlor4 busca dar continuidade ao trabalho de “base”: “eu vivi isso que elas vivem, dessas que nem tem consciência de nada, de não saber nem que eu sofro essa violência psicológica, que eu sofro essa violência fixa [contínua], que eu sofro violência sexual. Então, muitas não sabem e o movimento nos proporciona isso, porque a gente faz o trabalho de base, a gente... eu sou muito grata, grata, grata!”.

Compartilhar suas experiências também tem o efeito de fazer com que o agressor se sinta vigiado: “Essas coisas de ter grupo, do cara sentir que outras pessoas estão sabendo que ele é um agressor. Que ele não é aquele cara bacana lá fora, que todo mundo bate nas costas. Mas que dentro de casa ele é outra pessoa. Então, isso constrange um pouco, essa coisa dos grupos de mulheres” (AFlor3); assim, os homens ficam mais intimidados: “um espaço onde tem um coletivo organizado, onde as mulheres explicitam que elas estão juntas, que elas não vão se calar, de que uma vai apoiar a outra, isso é intimidador e se intimida muito mais do que uma lei que está escrita em algum lugar” (AFlor2). Segundo suas experiências, é fundamental realizar

visitas domiciliares como modo de acompanhar as mulheres em lares abusivos e marcar presença como maneira de inibir o agressor: “porque aí você vai na casa, o cara vê que não estava sozinha” (AFlor3).

Em algumas comunidades, por exemplo, onde as residências eram um pouco mais próximas, começou a prática de as mulheres tocarem apitos ao ouvir outra mulher sofrendo violência, constringendo o agressor em tempo real e mostrando a presença de testemunhas. Entretanto, AFlor5 afirma que essa mesma iniciativa do apito não é funcional em outros territórios, onde as residências mais longínquas. Para a entrevistada, é preciso ver “como o movimento [feminista] foi avançando para entender do que é essa dimensão da violência no rural, de entender que as políticas que a gente tem construído ao longo do tempo é muito difícil de se aplicar no rural, nunca é pensado para o rural, e de como a gente precisa cada vez mais estar conversando com as mulheres para poder se identificar e se ajudar.” (AFlor5).

Os coletivos e auto-organização das mulheres

Além desse cuidado de vigilância coletivo, haveria uma formação nas organizações de movimentos femininos rurais a partir de uma necessidade de um espaço *de* mulheres e *para* mulheres. Segundo AFlor2: “isso já é um aprendizado, um acúmulo do movimento feminista que dialoga e chega, dialoga com as vivências nos territórios” (AFlor2). Esse conhecimento acumulado reverbera na promoção tanto do espaço para a escuta, quanto na conscientização da condição das mulheres. Existem casos, como relata AFlor1, de mulheres que voltam para casa ou perdoam seus companheiros mesmo após a intervenção legal, por acreditarem que não terão dinheiro para sustentar a si e aos filhos estando separadas do marido. O trabalho de formação é dirigido para “entenderem, por exemplo, que elas podem ter um quintal produtivo, que ela vai ter o dinheiro dela, da venda dos ovos, da verdura, e que ela consegue ficar na roça produzindo, para ela ter um dinheiro, uma pequena independência, é nesse ponto que a gente vem trabalhando” (AFlor1).

Assim, nas reuniões de formação da mulher, ganha-se um espaço de construção da independência e de conscientização: “então, quando a gente fazia, por exemplo, os cursos para implementação das cisternas, a gente falava da sobrecarga de trabalho das mulheres, de como elas eram responsabilizadas pela gestão das águas e de quanto isso fazia. Porque naquela época, antes das cisternas, elas precisavam andar muito e carregar a velha lata d’água na cabeça, para que todo mundo tivesse acesso à água nas casas” (AFlor2).

Em espaços, como os do movimento misto, em que há grande resistência machista, uma tática que se mostrou eficaz para alcançar as mulheres em assuntos delicados, como saúde e sexualidade, foi a separação entre grupos de homens e de mulheres. Nesses grupos, as mulheres compartilharam suas experiências de violência, inclusive com o relato de uma mulher que “nunca foi beijada apesar de ter sete filhos, nunca ter visto a própria vagina, ou não entender que sexo forçado pelo marido é estupro” (AFlor1), demonstrando como a falta de afeto conjugal modificou seu próprio ser: “eu me embrutei de tal forma, que eu sei fazer isso, sei plantar, sei ir ao sindicato brigar, pedir as coisas, cuidar dos meus filhos” (AFlor1). Nesses encontros do coletivo de mulheres, elas se sentem mais à vontade para procurar as lideranças mulheres para conversar sobre problemas de saúde, como, por exemplo, o caso de uma mulher que procurou AFlor1 para perguntar sobre a presença de bolhas em sua região íntima, a qual acabou encaminhada para o centro de saúde, com suspeita de infecção sexualmente transmissível (IST). Nesse caso, AFlor1, após escuta atenta e devido à sua experiência de trabalho no meio rural, levantou a hipótese de uso de agrotóxico pelo marido, o qual provocou reação na mulher após relações sexuais sem higienização prévia, o que foi confirmado em consulta médica. A situação dessa mulher representa diversas violências por ela vividas. Dessa maneira, percebe-se que as mulheres em posição de liderança são referências de acolhimento e cuidado: “Elas nos procuram. A maioria procura o movimento. Em altas horas, porque elas têm essa liberdade e também que a gente deixa: ‘Então, como que eu faço?’, ‘Está acontecendo isso e isso!’, ‘Como que você me orienta?’, ‘O que que eu faço?’ Então, elas procuram muito.” (AFlor4).

A auto-organização é uma chave fundamental para que as mulheres se fortaleçam, se sintam fortalecidas, ampliem a percepção sobre seus direitos como trabalhadoras rurais, recebam apoio e encaminhamento com relação às violências sofridas: “a gente precisa cada vez mais chegar nas mulheres, conversar com elas para que percebam essa situação de violência, e que as mulheres criem suas estratégias, mas também de denunciar, de fazer pressão nos municípios para que esses mecanismos funcionem” (AFlor5). Outra entrevistada complementa: “esse processo de auto-organização das mulheres, de assessoria, de fortalecimento dos grupos de mulheres, faz com que também as mulheres vão construindo alternativas de enfrentar a violência, vão se sentindo mais fortalecidas, então a gente compreende que existir um grupo é muito importante para construir alternativas, seja para a produção, seja para outras reivindicações na comunidade, como também seja para enfrentar a violência.” (AFlor6).

Os coletivos de mulheres do campo, da floresta e das águas são como pontes que auxiliam as mulheres a transporem a barreira da invisibilidade e da esfera privada em que vivem para um novo espaço de troca, discussão, alternativas e autonomia financeira, ou seja, para um espaço público de visibilidade e reivindicação de seus direitos: “porque, enfim, as mulheres, a maior conquista do movimento era essa, de trazer as mulheres para o espaço público, é trazer as mulheres para a rua, é trazer as mulheres para discussões, é tirar desse espaço privado, que é de onde as mulheres sofrem, realmente a violência” (AFlor5), um novo espaço de valorização de si e de seu trabalho: “são muitos desafios! Desde o desafio da própria sobrevivência, o desafio de enfrentar todo mundo na casa dizendo que ela não é importante, que ela não é capaz, para chegar e estar nesses espaços, porque o espaço que ela se sente que ela pode ser, que ela é importante, que a voz dela é importante e que ela não é só a mãe, só a esposa, só a agricultora. Ela consegue ser ela, consegue ser ela!” (AFlor5).

Outro ponto a se destacar é das mulheres que participam de movimentos feministas e de movimentos mistos ao mesmo tempo. Nesse caso, o movimento feminista atua como um local formador de lideranças, mas também de fortalecimento para que as mulheres consigam ingressar e permanecer no movimento misto. Diante de todas as dificuldades impostas a elas: “a gente tem um foco, que é fortalecer as mulheres e é que a gente é contribuir, a partir da auto-organização, da formação, que as mulheres consigam construir estratégias conjuntas. Então, por exemplo, quando as mulheres ocupam o sindicato, não é porque um homem bonzinho deixou elas entrarem no sindicato, assim, quando elas ocupam a direção do sindicato, é porque elas construíram uma trajetória, se fortaleceram, se impuseram também, então foi um espaço que elas conquistaram por elas.” (AFlor6)

O feminismo como elemento estruturante na vida das mulheres rurais

Os trabalhos e formações voltadas para as mulheres do campo, da floresta e das águas são pautadas pelo feminismo. Essa linha de ação feminista traz para o coletivo, no sentido amplo da sociedade, a responsabilidade do enfrentamento da violência contra as mulheres: “a importância do movimento feminista é imprescindível, é central a contribuição que o feminismo tem tido de colocar o tema da violência no público, de explicitar isso como um problema coletivo, um problema estruturante (...) e inclusive que a resposta também deve ser coletiva” (AFlor2).

Um aspecto observado nas entrevistas foi a atuação de mulheres feministas nos trabalhos de assistência técnica: “eu trago um acúmulo do movimento

feminista, chego no território, a partir da minha atuação profissional, como agente de Assistência Técnica e Extensão Rural, e nesse processo a gente se soma com a luta da agroecologia” (Aflor2). Não se trata apenas de uma “formação técnica” de plantio, colheita e comercialização, mas de abarcar tudo o que está envolvido nas relações do território: o político, o social e a autonomia das mulheres sobre suas vidas, corpos e desejos. “Nós somos uma das poucas instituições feministas, no Rio Grande do Norte, a única que executa política pública. A maioria das instituições que implementam a tecnologia, os técnicos são homens: pedreiro, cisterneiro, isso foi colocado como ‘trabalho de homem’. O ano passado nós construímos duas cisternas para consumo humano. Uma das famílias era uma mulher que tinha 38 anos e oito filhos. A gente fez uma conversa com ela, inclusive sobre se era desejo dela ter essa quantidade de filhos. (...) Eu tenho certeza que isso chamou atenção para a gente, porque fazemos um trabalho com mulheres, o olhar, de pensar a partir das mulheres. (...) O nosso trabalho ali era discutir a importância da gestão da água e de implementar a tecnologia. Mas a ação da equipe vai além disso, vai também de perceber que tem uma pessoa que não gostaria de ter aquele número de filhos, que não tinha autonomia sobre decidir, e aí nós fizemos uma conversa com ela e articulamos para ela fazer uma consulta com a profissional no Hospital da Mulher. (...) Às vezes parece uma coisa bem simples, mas de fato ela não tinha conhecimento da política de acessar através do SUS [Sistema Único de Saúde] e colocar o DIU [Dispositivo Intrauterino]. Então, de também pensar quais são também os desejos, o que aquela mulher, o que essas mulheres querem da vida ou o que elas não querem.” (Aflor6).

5 Discussão

Observa-se uma pluralidade de violências na vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. Essas diversas violências estão inter-relacionadas, ocorrem de forma simultânea e são apoiadas nos sistemas patriarcal, racista e capitalista. São violências profundamente enraizadas no cotidiano da vida e do trabalho das mulheres, que se manifestam tanto no espaço doméstico quanto no público, funcionando como mecanismos de silenciamento, opressão e exploração. Essas mulheres, mesmo quando rompem a barreira do “sair de casa” (para participarem nos movimentos mistos, sindicatos ou associações), vivenciam violências que tentam invisibilizar sua presença e impedir sua liderança. É nesse contexto que os coletivos de mulheres e a auto-organização, fundamentados no feminismo, se afirmam como espaços de construção de alternativas e estratégias para o enfrentamento de todas as formas de violência. Assim, esses coletivos demonstram-se essenciais

na trajetória das mulheres, no fortalecimento de sua autoestima, de sua autonomia e de sua participação política, na luta por seus direitos como trabalhadoras rurais e pelo “bem-viver”.

Os relatos das mulheres líderes trazem dois aspectos principais, organizados em dois temas a partir da análise temática. O primeiro trata da violência dentro do movimento misto em seus diferentes aspectos. São violências que tentam apagar a presença das mulheres nas discussões, impedindo-as de falar, interrompendo-as, permitindo que ocupem apenas cargos secundários, ou, ainda, desconsiderando as pautas de gênero. Isso também se manifesta quando a mulher assume um posto de liderança ou começa a ficar “sabida” sobre seus direitos e a reivindicar seu lugar político. Nesses casos, observou-se o uso de uma violência direta, atacando, especialmente, a moral da mulher, com o objetivo de desmotivá-la e afastá-la da posição que ocupa. Essas violências revelam-se profundamente enraizadas no patriarcado e, embora os movimentos tenham avançado nas pautas de gênero, ainda há um longo caminho a ser percorrido. No segundo tema, aparece a auto-organização, como a reação das mulheres à violência vivenciada nos movimentos mistos. As entrevistadas relatam a necessidade de se organizarem em espaços femininos – ainda que dentro dos grupos mistos – como estratégia de sobrevivência.

O sistema patriarcal estrutura os papéis sociais por meio da divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as atividades de homens e mulheres, assegurando a dominação masculina. Essa dominação se expressa, sobretudo, no campo político e ideológico, nos quais as mulheres são silenciadas e excluídas das decisões e do poder (Saffioti, 1987). Assim, independentemente do lugar em que homens e mulheres estejam, prevalece um comportamento machista e sexista que faz uso de violência, ignora as pautas de gênero ou “abafa” as violências contra mulheres dentro dos movimentos sociais. Desse modo, manifesta-se uma violência fundante, que busca reduzir as mulheres ao trabalho reprodutivo, afetivo e de cuidado por meio da invisibilização, e uma violência de caráter conservador, que procura reproduzir as assimetrias de gênero e as formas de dominação (Gago, 2020; Galetti, 2021). Além disso, conforme Gago, existe uma violência reativa na qual os que ocupam o lugar de dominantes reagem violentamente na tentativa de manter sua estabilidade frente àquelas que estão “sabidas”, pois o conhecimento é uma prática política que emerge da inteligência coletiva feminista e ultrapassa a mera soma de mulheres reunidas em um grupo. Trata-se de tudo aquilo que o coletivo evoca, provoca e mobiliza na vida das mulheres, constituindo um saber político que já não pode retornar ao lugar de isolamento anteriormente

vivenciado (Gago, 2020). Sendo assim, ambos os temas se comunicam entre si, estando intimamente relacionados – um é construído a partir do outro.

Nessa dinâmica, cabe destacar a fala depreciativa sobre os quintais produtivos como “coisinha de mulher”. Os quintais estão profundamente ligados à vida e ao trabalho das mulheres rurais e são espaços próximos das suas residências. Assim, as mulheres conseguem lidar com as atividades domésticas e de cuidados ao mesmo tempo que lidam com as plantas medicinais, hortas, frutas, animais domésticos etc. Os quintais são espaços ricos de produção e reprodução do trabalho, base da alimentação familiar, convivência, autonomia financeira, trocas de sementes e de afetos. Os quintais sempre estiveram presentes na vida das mulheres, mas, sob o olhar crítico dos movimentos feministas rurais, passaram a ser ainda mais valorizados, não apenas como potenciais fontes de renda, mas também como pauta de luta por políticas públicas voltadas às mulheres. O que os movimentos apontaram é que, para manter um quintal produtivo, as mulheres necessitam de água, assistência técnica, financiamentos e organização da cadeia produtiva, desde a preparação do solo até a comercialização dos produtos. Para Sarah Moreira (2019, p. 82), “esse espaço, ainda tão marcado pela divisão sexual do trabalho, foi problematizado e ressignificado pelas mulheres do campo a partir da percepção da importância de se reconhecer e valorizar a produção das mulheres nos quintais, sua grande contribuição econômica e de preservação da sociobiodiversidade, além do trabalho reprodutivo como essencial para a sustentabilidade da vida.”

A partir da mobilização histórica dos movimentos feministas, foi instituído, em 2023, um programa do Governo Federal com o objetivo de apoiar os quintais produtivos por meio de fomento, assistência técnica, construção de cisternas, cursos de capacitação e estratégias de comercialização, além de fortalecer a produção de mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, promovendo emprego e renda (MDA, 2024). Os quintais produtivos rompem com a lógica capitalista que impõe e restringe as mulheres a espaços de trabalho obrigatório e não remunerado, transformando-os em espaços de produção, remuneração, reconhecimento e, sobretudo, de afirmação política. Esses avanços feministas fortalecem a autonomia e a “desobediência” das mulheres, desestabilizando a estrutura patriarcal e capitalista. O machismo é então tensionado e, diante da ameaça, busca se reestruturar e reafirmar seu lugar fazendo uso da violência (Gago, 2020).

As situações levantadas nas entrevistas podem ser também nomeadas como violência política de gênero. Considera-se como violência política de gênero toda ação, conduta ou omissão, com a finalidade de impedir,

obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres, dificultando o seu acesso e permanência na esfera política (Brasil, 2021; Observatório VPM, 2021). A criação de leis, como a Lei nº 14.192/2021 (Brasil, 2021), que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, constitui um marco na garantia do direito das mulheres à participação política, assim como a implementação da paridade ou cotas, que determinam a participação de no mínimo 30% de mulheres nos seus órgãos diretivos nos sindicatos, conquistada pelo Coletivo Nacional de Mulheres da CUT (Recoaro, 2023). Atualmente, a mobilização é para que as cotas sejam efetivamente respeitadas e para que não haja a ocupação de cargos por mulheres apenas como forma de manter uma “fachada”. Tal situação se mantém, pois, nos movimentos mistos, ainda persiste a concepção de que se tratam de espaços predominantemente masculinos, nos quais a participação das mulheres em cargos de liderança e nas discussões não é reconhecida como legítima (Moreira, 2019).

Os feminismos rurais expressam o protagonismo das mulheres, que, por meio da mobilização e da organização coletiva, conquistaram direitos sociais e se consolidaram como sujeitos políticos. Entre as diversas conquistas na vida das mulheres do campo, das florestas e das águas, destacam-se o acesso à previdência social, ao salário-maternidade e ao auxílio-doença. Esses avanços foram resultados de amplas campanhas de conscientização sobre a própria identidade das mulheres, estimulando-as a se identificarem como “trabalhadoras rurais” e não mais como “donas de casa”, além de incentivarem a regularização de sua documentação pessoal e o reconhecimento de seus direitos sobre a terra em que viviam (Moreira; Theodoro, 2023). Uma das pautas centrais da Marcha das Margaridas e dos movimentos feministas tem sido o enfrentamento da violência contra as mulheres em sua dimensão mais ampla. Tal centralidade decorre do fato de que as violências vivenciadas por mulheres do campo, da floresta e das águas manifestam-se em múltiplas formas. Para além das mais conhecidas e previstas na Lei Maria da Penha - violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Brasil, 2006) e o feminicídio (Brasil, 2015) -, essas mulheres enfrentam ainda outras formas de opressão e violência, como a sobrecarga e invisibilidade de trabalho, a exclusão dos processos decisórios relacionados à propriedade onde vivem e trabalham, ausência de titularidade da terra, dependência financeira, violências institucionais, racismo, sexismo, entre outras (Stochero; Pinto, 2023). A intenção aqui não se limita a quantificar ou nomear as violências sofridas pelas mulheres, mas busca “pluralizá-las” e evidenciar suas múltiplas dimensões, conforme propõe Gago (2020), ressaltando que tais violências estão enraizadas nas estruturas sociais de

poder. Para a autora, essa pluralização das violências é “algo mais denso: é um modo de cartografar sua simultaneidade e sua inter-relação” (Gago, 2020, p. 72). Assim, a leitura das violências não deve ser fragmentada, mas inter-relacionada com os sistemas patriarcal, racista e capitalista. Dentro desse contexto, cabe destacar a especificidade da violência contra mulheres rurais, que assume particularidades em função das características do meio em que vivem. Consequentemente, percebe-se que o enfrentamento da violência não pode ser setorizado nem dissociado de suas determinações estruturais, devendo ser analisado e planejado em articulação com as relações sociais, políticas e econômicas que o produzem e sustentam. E é justamente isso que os coletivos feministas têm apontado, como no relato de AFlor1, em que uma mulher apresentou um problema ginecológico decorrente de relações sexuais associadas ao uso de agrotóxicos pelo companheiro. Aquele não era um problema ginecológico pontual que deveria ser resolvido apenas pelo setor da saúde, mas muito mais amplo e profundo, relacionado às condições de vida, ao “querer” e aos desejos dessa mulher.

A partir da construção política do feminismo, toda forma de violência contra as mulheres constitui uma questão social e estrutural, e não apenas individual ou privada, ainda que se manifeste no espaço “doméstico”. Por isso, o enfrentamento requer uma perspectiva coletiva, envolvendo diversos setores da sociedade e não apenas ações individuais. Ações pontuais ou setorizadas não se demonstram totalmente efetivas. Para as entrevistadas, embora a lei seja considerada “bonita”, ela não responde à urgência da violência praticada contra as mulheres. Portanto, a presença de outras pessoas e a criação de uma rede de solidariedade não somente protegem a mulher, mas causam constrangimento ao agressor, rompendo a aparência de “homem bom e respeitado”. Assim, o espaço grupal aparece tanto como espaço para romper o silêncio, quanto para exercer o cuidado coletivo: cuidar e ser cuidada. Para Gago, a violência de gênero expressa no âmbito “doméstico” precisa ser compreendida mais amplamente em conjunto com outras violências que a tornam possível – política, econômica, laboral, institucional, social, colonial etc. Assim, respostas e soluções também mudam e se tornam mais efetivas (Gago, 2020).

○ feminismo aparece como um elemento estruturante na vida das mulheres rurais, pois os diferentes movimentos feministas espalhados no território nacional constituem organizações autônomas, com pautas específicas e singulares que levam em conta o “tecido social rural” das demandas das mulheres do campo, florestas e águas. Essa diversidade de movimentos potencializa sua capacidade de articulação em torno de uma pauta comum, a exemplo do Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento

à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas que reúne os mais importantes movimentos feministas com o objetivo de propor, avaliar e monitorar políticas de prevenção e de enfrentamento da violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas (Brasil, 2023). Assim, a articulação dos movimentos feministas direciona as reivindicações que defendem a formulação e implementação de políticas públicas e mecanismos eficazes de proteção e enfrentamento da violência contra as mulheres e ao racismo estrutural (CONTAG; SMTR, 2023).

A partir do reconhecimento do rural como um “tecido social diferente”, os movimentos feministas orientam suas ações e estratégias para as singularidades desses territórios, destacando-se, entre elas, a auto-organização, que “é um princípio do feminismo que dá ensejo à construção de espaços políticos exclusivamente femininos” (Táboas, 2021, p. 150). Para Federici (2019, p. 191), “apenas pela auto-organização as mulheres podem revolucionar a própria vida”, pois parte-se da base, ou seja, das próprias mulheres e de suas demandas específicas, de um lugar *de* mulheres e *para* mulheres. Os coletivos feministas evocam as mulheres para um “sair de casa”. Essa expressão “sair de casa”, por um lado, remete a um sair literalmente do espaço circunscrito da casa, morada ou comunidade em que vive e ir ao encontro de outras mulheres para lutar por seus direitos. Ao mesmo tempo, é também um “sair” de um lugar de apagamento e passar a ser protagonista de sua própria história. Uma nova história que ousa romper com o patriarcalismo no qual apenas os homens podem “sair”, tomar decisões e ter o controle de tudo (Calaça; Conte; Cinelli, 2018; Mezadri, Cima, Taborda, Gaspareto e Collet, 2020; Táboas, 2021). Dessa maneira, “a auto-organização das mulheres rurais nos territórios permanece não só como garantia de romper barreiras ao acesso às políticas públicas, mas também na sociedade e na família” (Butto, Dantas, Hora, Nobre e Faria, 2014, p. 13). Com base no coletivo, as mulheres criam estratégias, alternativas de novas formas de viver e de “bem-viver”. O bem-viver, defendido pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, pode ser compreendido como uma concepção que propõe formas de organização social e política baseadas na solidariedade, na reciprocidade e na valorização da vida em todas as suas dimensões, buscando a integralidade do mundo e a harmonia entre seres humanos e natureza (Marcha das Margaridas, 2023). O bem-viver constitui, fundamentalmente, um processo de base comunitária que produz um sentido coletivo e individual de caráter contra-hegemônico, orientado à descolonização e à “despatriarcalização” (Acosta, 2016).

Portanto, é no coletivo que as mulheres se encontram e se reencontram consigo mesmas. A formação e auto-organização feminista rompem o silenciamento e o isolamento no qual elas vivem e promovem um espaço de

acolhida e compartilhamento de suas experiências, ampliando sua consciência em relação às violências por elas vividas e a seus direitos políticos e sociais. É ainda nesse coletivo que buscam se fortalecer enquanto lideranças nos movimentos mistos, pois enfrentam novas formas de violências a cada passo que dão. Nesse coletivo, elas se sentem fortalecidas para modificarem a trajetória de suas vidas de acordo com seus desejos e seu “querer”. Tornam-se lideranças e trazem outras mulheres para a “roda”, numa dinâmica de solidariedade, cuidado e afeto. Por fim, o coletivo e a auto-organização de mulheres destacam-se como espaços de afeto, no sentido da “capacidade de integração, capacidade de movimento e de sermos movidos em um fluxo interminável de trocas e encontros, que supostamente expandem nossos poderes e demonstram não apenas a infinita produtividade de nosso ser, mas também o caráter transformador — e, portanto, já político — da vida cotidiana” (Federici, 2019, p. 338).

Considerações finais

Os relatos das lideranças de movimentos feministas e mistos neste artigo sinalizam pistas importantes para o enfrentamento das violências contra mulheres do campo, da floresta e das águas, como a participação em coletivos feministas e a auto-organização. Mas, para isso, é necessário compreender que as violências são plurais e não ocorrem de forma isolada; que existe um contexto patriarcal, capitalista, racista, social, político, colonial que mantém as violências em um modo contínuo e “normalizante”, fazendo com que sejam aceitas socialmente. Nessa dinâmica, as mulheres e todo seu trabalho de produção, reprodução e cuidado se tornam invisibilizados e isolados. Quando as mulheres conseguem romper essas barreiras e assumir cargos de lideranças, sofrem outras formas de violências, como a violência política, que tentam novamente silenciar as mulheres “sabidas”. Contra isso, os coletivos feministas e a auto-organização auxiliam na construção de alternativas e estratégias para que mulheres acessem e permaneçam à frente de suas lutas, independentemente de onde estão. Lutas que podem ser pela autonomia financeira, a partir de sua própria produção nos quintais produtivos, pelo fortalecimento de sua autoestima, ou pelos cargos de liderança. Cada mulher tem sua trajetória específica e o feminismo, nesse sentido, tem sido uma resposta e um caminho estruturante na vida das mulheres, influenciando positivamente suas escolhas e servindo de base para suas conquistas. A partir da perspectiva feminista, que amplia a percepção sobre a violência, é que se percebe que seu enfrentamento não pode ser pontual ou setorizado, mas amplo e de acordo com as singularidades do tecido social rural e a partir das mulheres, pois quando as mulheres do campo, da floresta e das águas

entoam juntas o verso “é o querer, é o querer das margaridas” (Marcha das Margaridas, 2023), expressam seus anseios por uma sociedade em que todas as mulheres tenham seus direitos sociais assegurados e vivam livres de todas as formas de violência.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

BUTTO, A.; DANTAS, C.; HORA, K.; NOBRE, M.; FARIA, N. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Lei n. 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Portaria nº 226, de 16 de agosto de 2023**. Institui, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social.** Coleção Movimentos Sociais. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

CALAÇA, M. K. A. dos S.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156–1183, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo.** Caderno 4. Brasília: CONTAG, 2023. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzY=>.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo.** São Paulo: Elefante, 2020.

GALETTI, C. C. H. O corpo coletivo e os afetos: um olhar sob os movimentos feministas na América Latina. Simbiótica. **Revista Eletrônica**, v. 8, n. 2, p. 235–241, 2021.

MARCA DAS MARGARIDAS. **Marcha das Margaridas - Edição 2023.** Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver! 2023. Marcha das Margaridas. Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2023>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Quintais Produtivos.** Brasília, DF, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/quintais-produtivos>.

MEZADRI, A.; CIMA, J. I.; TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Org.). **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento das Mulheres Camponesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, S. L. de S. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil.** 2019. 193 f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MOREIRA, S.; THEODORO, S. H. A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 2, 2023.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER (OVPM). **Cartilha sobre violência política de gênero**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha-ES.pdf/>.

RECOARO, D. A. Sindicalismo de movimento social e feminismo: a organização das mulheres na CUT. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, p. e3811007, 2023.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SOBREIRA, D. N.; ARAS, L. M. B. de. Margaridas em marcha: experiências de um feminismo rural no Brasil. In: **12 Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2021. (Anais Eletrônicos) [...]. Florianópolis: 2021. p. 1–12.

STOCHERO, L.; PINTO, L. W. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e210595pt, 2023.

TÁBOAS, I. M. **É luta! Feminismo Camponês e Popular e enfrentamento à violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

TEIXEIRA, M. A. **Contag: 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

WANDERLEY, M. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em fevereiro de 2026.